

- Médio	Assistente Técnico e Assistente Técnico de Procurador	2	6,31	3,90	10,21
- Fundamental	-	0	0,00	0,00	0,00
Pensionista	Técnico Auxiliar de Serviços Especializados, Agente Operador de Veículos e Operador de Computador	3	20,69	0,00	20,69
TOTAL GERAL	11	19	204,83	124,36	329,19

Protocolo 833716
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - ATIVO PODER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL/2015
BIMESTRE: MARÇO-ABRIL/2015

LDO, ART. 57							R\$ 1.000,00
REGIME	Nº SERVIDORES	VENCIMENTO/ SALÁRIO	VANTAGENS PECUNIÁRIAS INCIDENTES SOBRE VENCIMENTO/SALÁRIO			OUTRAS VANTAGENS	TOTAL
			GRATIFICAÇÕES	PESSOAIS	OUTRAS		
JURÍDICO ÚNICO							
Nível Superior	6	30,44	31,31	6,96	23,49	33,43	125,63
Nível Médio	6	16,33	8,33	13,00	0,91	0,00	38,57
Nível Fundamental	11	18,13	9,85	18,13	0,00	0,00	46,12
TOTAL 1	23	64,91	49,49	38,09	24,39	33,43	210,31
CELETISTA							
Nível Superior	-	-	-	-	-	-	-
Nível Médio	-	-	-	-	-	-	-
Nível Fundamental	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL 2	-	-	-	-	-	-	-
TEMPORÁRIOS							
Nível Superior	9	48,06	38,45	3,48	41,10	0,00	131,08
Nível Médio	1	3,15	0,00	3,15	0,00	0,00	6,31
Nível Fundamental	1	1,25	0,00	1,25	0,00	0,00	2,50
TOTAL 3	11	52,46	38,45	7,88	41,10	0,00	139,89
CARGOS COMISSIIONADOS							
Com Vínculo	5	22,26	8,22	3,97	7,09	66,39	107,92
Sem Vínculo	18	109,61	82,99	23,49	109,61	0,00	325,69
TOTAL 4	23	131,86	91,20	27,46	116,69	66,39	433,61
FUNÇÕES GRATIFICADAS							
TOTAL 5	-	-	-	-	-	-	-
COLEGIADO							
Colegiado	8	237,67	3,05	6,10	0,00	0,00	246,82
TOTAL 6	8	237,67	3,05	6,10	0,00	0,00	246,82
PENSAO ESPECIAL							
Pensão Especial	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL 7	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL		486,90	182,19	79,53	182,19	99,82	1.030,63
PREVIDÊNCIA							
FUNPREV	10	133,52	13,57	13,05	0,00	13,15	173,29
FINANPREV	25	185,64	47,19	35,05	31,48	68,92	368,27
REGIME GERAL	30	167,75	121,43	31,43	150,71	17,75	489,06
TOTAL PREVIDÊNCIA	65	486,90	182,19	79,53	182,19	99,82	1.030,63

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO III
DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO E PENSIONISTA PODER
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
BIMESTRE: MARÇO-ABRIL/2015
REF.: ABRIL/2015

LDO, ART. 57						R\$ 1.000,00
Regime Jurídico Único	Cargo	Quantidade	Vencimentos/ Proventos/ Pensões	Outras Vanta-gens	Total	
Inativos Nível						
- Superior	Procurador de Contas, Secretário, Chefe de Gabinete, Assessor da Procuradoria, Assessor Téc. Informática e Assessor Técnico	14	177,83	120,47	298,29	
- Médio	Assistente Técnico e Assistente Técnico de Procurador	2	6,31	3,90	10,21	
- Fundamental	-	0	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	Técnico Auxiliar de Serviços Especializados, Agente Operador de Veículos e Operador de Computador	3	20,69	0,00	20,69	
TOTAL GERAL	11	19	204,83	124,36	329,19	

Protocolo 833724

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DESPESA COM PESSOAL GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015
RGF - ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “A”)
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.586.585,00	
Pessoal Ativo	21.521.511,45	
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.000.239,97	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	64.833,58	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.994.436,47	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.538.112,59	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	923.934,65	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.532.389,23	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.592.148,53	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.659.942.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	22.592.148,53	0,1443
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	31.319.884,00	0,20
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	29.753.889,80	0,19
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	28.187.895,60	0,18

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 dezembro do exercicio anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Alcides Gama das Neves Responsável pela Assessoria de Planejamento e Finanças CRC-PA nº 2022	Cezar Barroso dos Santos Controle Interno	Josué Costa Corrêa Assessor Técnico-Contador CRC-PA nº 9.591/O-2
	Antonio Maria Filgueiras Cavalcante Procurador Geral de Contas do Estado	

Protocolo 833783

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000066-151/2015-MP/PJ/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000066-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 048/2015
Data da Instauração: 19/05/2015
Objeto: Apura denúncia em face da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), exercício 2013, cuja ordenadora de despesas é a Sra. Nelly Cecília Paiva Barreto Rocha.
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA.
Representado: Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC
Nelly Cecília Paiva Barreto Rocha
Promotoria de Justiça: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: Elaine Carvalho Castelo Branco.
Protocolo 833300

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000080-151/2015-MP/PJ/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000080-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 049/2015
Data da Instauração: 19/05/2015
Objeto: Apura denúncia de possíveis irregularidades com relação à emissão de documento Habite-se, pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), para o Condomínio Reserva Ibiapaba, no bairro da Marambaia, tendo em vista que o mesmo não possuía a documentação necessária para a emissão de tal documento.
Representante: 3ªPJ de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.
Representado: Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB.
Promotoria de Justiça: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: Elaine Carvalho Castelo Branco.
Protocolo 833326

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000094-151/2015-MP/PJ/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000094-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 050/2015
Data da Instauração: 22/05/2015
Objeto: Apura possíveis irregularidades com relação à prestação de contas da Polícia Militar do Estado do Pará (PM/PA), exercício de 2010.
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA.
Representado: Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA.
Promotoria de Justiça: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: Elaine Carvalho Castelo Branco.
Protocolo 833335

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Nº 384/2012 - SIMP 000724-110/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2011
INTERESSADO: CENTRO INTEGRADO EMPRESA ESCOLA
ATO Nº 039/2015 - PJTFEIS
ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pelo CENTRO INTEGRADO EMPRESA-ESCOLA-CIEE, referentes ao